

CAPÍTULO 7

AUTODOMÍNIO DA CONDUTA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS PESQUISAS BRASILEIRAS*

*Ana Bárbara Joaquim Mendonça
Flávia da Silva Ferreira Asbahr*

O objetivo do presente capítulo é apresentar um levantamento bibliográfico sobre as pesquisas brasileiras desenvolvidas acerca da temática do autodomínio da conduta¹ (VYGOTSKI, 2012a), dentro do escopo teórico da Psicologia Histórico-Cultural.

Ao analisar as funções psíquicas superiores, Vygotski (2012a) nota um traço psicológico geral a elas, trata-se de seu caráter voluntário. Tal especificidade altera radicalmente a conduta humana que passa a ter a capacidade consciente e intencional de autodomínio.

Segundo o autor, as funções psíquicas correspondem a uma propriedade de ação que o psiquismo possui ao processar a captação da realidade objetiva. No entanto, divide-as em duas: as funções psíquicas elementares e as funções psíquicas superiores. As elementares compreendem dispositivos biológicos, calcados no padrão estímulo-resposta, que se caracterizam, portanto, pela imediaticidade e o reflexo. Já as superiores, condizem com os atributos e propriedades do psiquismo que têm sua origem na vida social, na produção e apropriação da cultura (MARTINS, 2013).

Nas palavras de Vigotski, “todas as funções superiores não se formam na biologia, na história da filogênese pura, mas o mecanismo próprio que se encontra na base das funções psíquicas superiores é uma reprodução do social” (VIGOTSKI, 1983, p. 146 *apud* Shuare, 2017, p.66). Entende-se, assim, que as funções aparecem duas vezes no desenvolvimento, inicialmente, no plano social (interpsíquico) e, posteriormente, no plano psicológico (intrapíquico). Neste sentido, Shuare (2017) aponta que este processo de internalização não é uma mera passagem da função exterior ao interior, este processo transforma a estrutura da função psíquica, constituindo-a como superior.

Tal processo tem como ponto central a internalização de signos, instrumentos psíquicos culturalmente formados, que ao serem apropriados pelos seres humanos por meio de mediações feitas na vida coletiva provocam a requalificação do psiquismo. No entanto, a partir do movimento de internalização, os signos não apenas requalificam as funções psíquicas, mas também passam a realizar o papel de regulação da conduta. Entende-se, assim, que o autodomínio equivale, justamente, ao “domínio das condutas culturais, mediadas pelo signo nas relações sociais concretas” (TOASSA, 2004, p. 3). Trata-se, portanto, de um desenvolvimento imprescindivelmente histórico-cultural.

Haja vista, torna-se possível compreender que o desenvolvimento do autodomínio na vida dos sujeitos corresponde a um fenômeno indissociável das relações sociais concretas nas quais este se encontra. Sendo assim, no contexto do modo de produção capitalista, que compreende uma sociedade alienada e excludente, nota-se a existência de atividades desumanizadoras, as quais não possibilitam o pleno desenvolvimento da maioria das pessoas, ou seja, os interesses do capital não se direcionam ao desenvolvimento das

* DOI - 10.29388/978-65-86678-97-0-f.102-116

¹ Importante salientar que existe uma grande variedade de nomes utilizados para o autodomínio da conduta, quais sejam: atividade voluntária, autocontrole, autorregulação, autodomínio, comportamento voluntário, ato volitivo etc. (VIEIRA, 2017). Tal variabilidade aparece tanto nas pesquisas soviéticas quanto nas brasileiras, dessa forma, adota-se aqui o termo autodomínio da conduta de modo genérico, mas nas discussões baseadas nos trabalhos encontrados será utilizada a nomenclatura do autor de referência.

potencialidades humanas. Verifica-se, na verdade, uma cisão entre as produções do gênero humano e as possibilidades de apropriação pelos indivíduos singulares das mesmas (SAVIANI, 2011).

A partir de tal consideração é possível compreender a importância dos estudos acerca do autodomínio da conduta, já que ao conhecer as condições psicossociais que são necessárias ao seu desenvolvimento, torna-se possível lutar pelas suas formas de concreção. Além disso, avalia-se que os princípios defendidos pela Psicologia Histórico-Cultural apresentam uma enorme potencialidade de subsídio teórico-prático à sua compreensão, já que se contrapõe a concepções idealistas e maturacionistas sobre o desenvolvimento humano.

Dessa forma, uma primeira aproximação ao conceito ocorreu por meio da revisão bibliográfica aqui apresentada. Têm-se como hipótese que tal temática ainda apresenta poucas produções no contexto das pesquisas brasileiras. Por este motivo, esta revisão se divide em duas frentes. Uma primeira que visa averiguar pesquisas que têm como foco o estudo do autodomínio da conduta, analisando de que modo o conceituam e os procedimentos metodológicos utilizados e uma segunda frente que busca verificar pesquisas que tangenciam tal temática, utilizando-o como auxiliar explicativo a outros temas, avaliando quais são estes, bem como de que modo o conceituam.

Método

A revisão sistemática aqui apresentada orientou-se a partir das diretrizes do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta Analyses*, conhecido como PRISMA (MOHER et al., 2009), sendo que seus protocolos podem ser acessados no site: <http://www.prisma-statement.org/>.

A busca bibliográfica foi realizada no mês de maio de 2020 no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Tal escolha deveu-se a compreensão de que esta base de dados contempla os objetivos da pesquisa, ou seja, abarca especificamente pesquisas brasileiras, possibilitando um panorama geral e profundo sobre as produções realizadas dentro da temática aqui discutida. Desse modo, para tal busca foram utilizados os descritores: “Autodomínio da conduta” AND “Psicologia Histórico-Cultural”; “Autorregulação da conduta” AND “Psicologia Histórico-Cultural”; “Atividade voluntária” AND “Psicologia Histórico-Cultural”; “Voluntariedade da conduta” AND “Psicologia Histórico-Cultural” e “Autocontrole” AND “Psicologia Histórico-Cultural”.

Para o refinamento na base de dados foi definido em todos os descritores os seguintes critérios: pesquisas de 2000 até 2020; ciências humanas como grande área do conhecimento e nas áreas de conhecimentos foi selecionado: educação, psicologia, psicologia do desenvolvimento humano e psicologia do ensino e da aprendizagem. Após o refinamento, foi utilizado como critério de seleção das pesquisas a leitura dos títulos, leitura do resumo, análise panorâmica das teses e dissertações, conferindo índice e referências bibliográficas, sendo que a temática do autodomínio da conduta deveria aparecer como foco da pesquisa ou um tema tangencial, além de que o trabalho deveria ter sua base teórico-metodológica pautada na Psicologia Histórico-Cultural.

A quantidade de pesquisas selecionadas em cada uma destas etapas pode ser verificada na tabela 1.

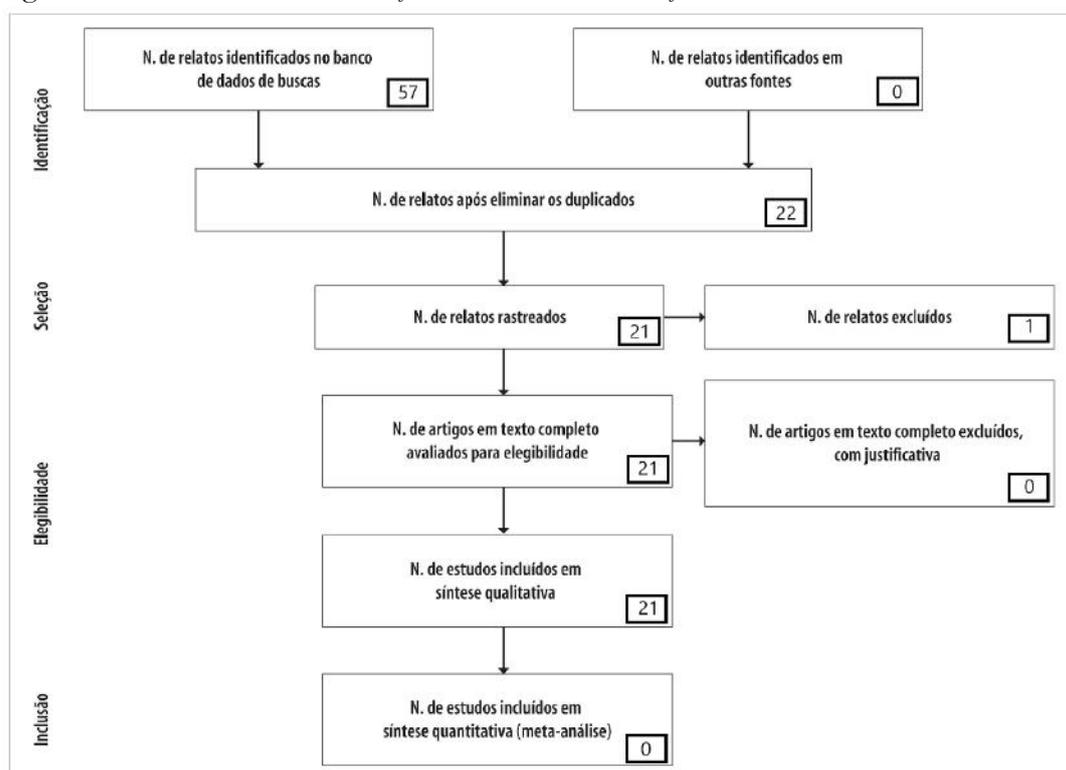
Tabela 1: Relação entre descritor e a quantidade de pesquisas selecionadas em cada etapa da revisão sistemática.

Descritor	Nº total de Pesquisas	Nº de pesquisas após refinamento	Nº de pesquisas selecionadas
“Autodomínio da conduta” AND “Psicologia Histórico-Cultural”	549	354	15
“Autorregulação da conduta” AND “Psicologia Histórico-Cultural”	549	354	15
“Atividade voluntária” AND “Psicologia Histórico-Cultural”	162	112	11
“Voluntariedade da conduta” AND “Psicologia Histórico-Cultural”	549	354	15
“Autocontrole” AND “Psicologia Histórico-Cultural”	193	150	1
Total	2002	1324	58

Fonte: As autoras.

Analisando-se as teses e dissertações selecionadas, retiraram-se as duplicadas, o que resultou em um total de 22 pesquisas e, posteriormente, retirou-se pesquisas que tinham acesso negado, resultando assim em 21 pesquisas selecionadas, conforme pode ser visto na figura 1. Ressalta-se que apesar de o diagrama do PRISMA se referir a busca com artigos, a presente revisão refere-se a teses e dissertações.

Figura 1: Procedimentos de seleção de teses e dissertações



Fonte: Moher et al. (2009).

Resultados e discussão

Uma primeira análise realizada diz respeito à averiguação de quantas teses e dissertações possuem como objeto principal de pesquisa o autodomínio da conduta e quais o utilizam como conceito auxiliar explicativo. Dessa forma, tal diferenciação foi

denominada Frente 1 e Frente 2. O número total de pesquisas encontradas em cada frente foi, respectivamente, 1 e 20.

Encontramos um único trabalho presente na Frente 1, Vieira (2017). Os trabalhos presentes na Frente 2 são: Albuquerque (2013); Anjos (2013); Baraldo (2017); Costa (2018); Escudeiro (2014); Ferracioli (2018); Freire (2016); Leite (2010); Leite (2015); Moraes (2011); Murad (2018); Pani (2017); Pasqualini (2006); Polaquini (2016); Ribeiro (2019); Rosenburg (2003); Silva (2014); Silva (2017); Silva (2019); Trindade (2011).

Um primeiro ponto que se sobressai deste resultado é a disparidade entre os trabalhos que constam na Frente 1 e na Frente 2. Apenas uma dissertação possuía como objeto de pesquisa a voluntariedade da conduta. Trata-se da pesquisa “O desenvolvimento da atividade voluntária a partir da Psicologia Histórico- Cultural: menos rótulo e mais aprendizagem”, que possui como objetivo investigar como se desenvolve a atividade voluntária tomando como base a Psicologia Histórico-Cultural.

A partir de tal dado, considerou-se necessário verificar quais temáticas compunham o quadro da Frente 2, ou seja, compreender dentro de quais contextos o autodomínio da conduta é utilizado enquanto conceito explicativo. Para isso, analisaram-se os objetos e objetivos das pesquisas. Tal resultado encontra-se na tabela 3.

Tabela 2: Temáticas componentes da Frente 2.

Temática	Nº de pesquisas
Funções Psíquicas Superiores	8
TDAH	3
Formação docente	1
Relação desenvolvimento e aprendizagem	1
Alcoolismo	1
Educação escolar na adolescência	1
Adoecimento psíquico	1
Fracasso escolar	1
Formação do caráter	1
Educação escolar na infância	1
Educação de Jovens e Adultos	1

Fonte: As autoras.

A partir de tais dados, é possível notar que grande parte (40%) das temáticas da Frente 2 dizem respeito ao desenvolvimento de alguma das funções psíquicas superiores. Em segundo lugar estão pesquisas sobre o TDAH (15%), tema que em sua essência também se vincula às discussões acerca da função psíquica atenção voluntária. Para destrinchar quais funções psíquicas são as mais vinculadas ao estudo da voluntariedade da conduta, realizou-se a tabela 3, o que mais uma vez coloca em destaque a vinculação com a atenção.

Tabela 3: Especificação da Temática das Funções Psíquicas Superiores

Temática: Funções Psíquicas Superiores	Nº de pesquisas
Atenção	4
Memória	1
Pensamento	1
Imaginação	1
Geral	1

Fonte: As autoras.

A partir desta análise geral e tendo em vista o objetivo desta revisão sistemática, conforme sugerido no método PRISMA (MOHER et al., 2009) foi realizado um protocolo para que a análise dos trabalhos adquirisse maior rigorosidade. Desta forma, o protocolo foi diferente para cada uma das frentes, visto que estas possuem objetivos específicos dentro do levantamento bibliográfico, conforme já anunciado na introdução.

No protocolo de análise da Frente 1 foram definidas as seguintes categorias: Título, Autor, Tese/Dissertação, Ano de Publicação, Objetivo da pesquisa, Conceituação de Voluntariedade da Conduta, Procedimentos Metodológicos, Participantes, Instrumentos, Procedimentos de análise e Resultados Encontrados.

Para a análise dos trabalhos da Frente 2, o protocolo continha as seguintes informações: Título, Autor, Tese/Dissertação, Ano de Publicação, Temática Principal da Pesquisa, Objetivo da Pesquisa, Conceituação de Voluntariedade da Conduta, Contexto Utilizado. As discussões aqui realizadas estão balizadas pelos dados encontrados em tal protocolo.

Inicia-se, assim, a análise pelo elemento principal aqui investigado e que se apresenta em ambos os protocolos, a conceituação do autodomínio da conduta, ou seja, no que este consiste propriamente e de que modo se desenvolve ontogeneticamente no ser humano. Para isso, a partir das análises foi possível sintetizar em algumas formulações teóricas gerais as ideias principais acerca do autodomínio que apareceram na bibliografia encontrada:

- O desenvolvimento do autodomínio da conduta ocorre a partir da apropriação e emprego dos signos, como mediação dos processos psíquicos;
- O autodomínio da conduta não se forma por si mesmo, é educado;
- O desenvolvimento do autodomínio da conduta vincula-se ao desenvolvimento das demais funções psíquicas superiores;
- A linguagem e o pensamento conceitual possuem um importante papel no desenvolvimento do autodomínio da conduta;
- Analisando a ontogênese, percebe-se que o autodomínio da conduta é neoformação da atividade realizada na idade pré-escolar, contudo este não se esgota neste período e continua a desenvolver-se ao longo da vida;
- O autodomínio da conduta é a base para o desenvolvimento da personalidade da criança.

Um primeiro esclarecimento necessário diz respeito à questão: o que caracteriza o autodomínio da conduta? Silva (2017) apresenta uma ótima síntese com base nas ideias de Smirnov et al. (1960), na qual aponta que consiste na consciência do sujeito que age tendo em vista a finalidade que visa alcançar. Com isso, apresenta uma crítica relevante de Vigotski (1995), na qual o autor aponta que a aparência topográfica, ou seja, o aspecto motor da ação dos seres humanos não é suficiente para revelar a essência do ato volitivo. Isso porque este possui uma natureza contraditória, já que é constituído por dois momentos, um primeiro que diz respeito à formação da conexão entre a necessidade que motiva a ação e seu objeto de satisfação e um segundo, a qual corresponde a execução da ação, que se dá por conta da percepção de um estímulo, que torna possível satisfazer a necessidade inicial.

Ou seja, trata-se da idealização anterior à concretização da ação. No entanto, esta especificidade do psiquismo humano não se constitui de forma natural, diz respeito, na verdade, a uma conquista do desenvolvimento histórico-cultural humano. Neste sentido, a primeira formulação teórica é ponto central para iniciar tal discussão, qual seja o papel que a interiorização do signo possui na mediação da conduta (ANJOS, 2013; BARALDO, 2017; ESCUDEIRO, 2014; FERRACIOLI, 2018; FREIRE, 2016; LEITE, 2010; LEITE,

2015; MORAES, 2011; PANI, 2017; RIBEIRO, 2019; ROSENBERG, 2003; SILVA, 2014; TRINDADE, 2011; VIEIRA, 2017).

Em seus estudos, Vigotski compreende que ao empregar instrumentos os seres humanos dominam o mundo material externo, já a partir da utilização dos signos se torna possível o controle dos próprios processos psicológicos (LEITE, 2010). Nas palavras do autor,

O papel dos estímulos-signos, ou seja, aqueles estímulos criados pelo homem – artificiais –, é de dominar sua própria conduta. —O homem, sem dúvida, submete o poder das coisas sobre sua conduta, o põe a serviço de seus objetivos e orienta a seu modo. Com sua atividade externa modifica o meio circundante e influi, assim, sobre seu próprio comportamento, o subordina a seu poder (VYGOTSKI, 1931/2012, p. 292 apud VIEIRA, p. 69).

Os signos, portanto, regulam a atividade interna dos seres humanos e reestruturam a totalidade do processo psíquico (ROSENBERG, 2003). Dessa forma, em seu processo de internalização, ocorre uma gradativa superação das capacidades psicofísicas imediatas e involuntárias em direção ao autocontrole consciente da conduta (FERRACIOLI, 2018). Isso porque os signos são responsáveis pela mediação entre estímulo e resposta na conduta humana, conforme explica Vygotski,

Assim como o domínio de uns ou outros processos da natureza, o domínio do próprio comportamento não pressupõe a abolição das leis básicas que regem estes fenômenos, mas sim a subordinação a elas. Sabemos que a lei básica da conduta é a lei do estímulo-reação, portanto, não podemos dominar nossa conduta de outro modo que através de uma estimulação correspondente. A chave para o domínio do comportamento nos proporciona o domínio dos estímulos. Assim, pois, o domínio da conduta é um processo mediado que se realiza sempre através de certos estímulos auxiliares (VYGOTSKI, 1995, pp. 126-127 apud MORAES, 2011, p. 200).

Trindade (2011) faz um importante alerta de que a incorporação do signo na operação de estímulo-resposta não se refere apenas a uma adição a tal estrutura, isso porque o signo caracteriza-se pela realização de ação reversa, em que age sobre o próprio indivíduo e não sobre o ambiente.

Em síntese, ao compreender que a voluntariedade da conduta diz respeito a capacidade consciente e intencional de o indivíduo se regular e, além disso, entender que o signo é sua unidade mediadora, pode-se afirmar que o processo de internalização é sua forma essencial (FERRACIOLI, 2018). De tal modo, vale ressaltar que os signos são, inicialmente, externos, socialmente compartilhados e, gradualmente, são internalizados pelos indivíduos. Haja vista tais preceitos segue-se a segunda formulação teórica, que se refere à formação do autodomínio da conduta: este não ocorre por si mesmo, mas é educado (ALBUQUERQUE, 2013; ANJOS, 2013; FERRACIOLI, 2018; FREIRE, 2016; LEITE, 2015; PASQUALINI, 2006; VIEIRA, 2017).

O autocontrole da conduta se constitui ao longo do desenvolvimento do sujeito nas relações interpessoais que este estabelece em certas condições histórico-sociais. Dessa forma, tais mediações interpessoais devem ser qualificadas, a fim de que produzam a internalização dos signos, que por sua vez, promovem seu desenvolvimento (FERRACIOLI, 2018). Neste sentido, é possível compreender o papel central que a educação e, mais especificamente, que a educação escolar possui ao desenvolvimento do autodomínio da conduta.

Isso porque a educação escolar é responsável pela transmissão sistematizada dos conhecimentos humanos historicamente constituídos, o que possibilita a constituição de

um psiquismo consciente de sua própria produção cultural (FREIRE, 2016). Freire (2016) explica que a

[...] apropriação dos signos culturais, na mediação simbólica adequadamente sistematizada pelo professor na atividade de ensino, propicia ao estudante, igualmente em atividade, a capacidade de articular modos de ação para o estudo e dominar a conduta de forma que, na medida em que se apropria de um universo simbólico este se interpõe como meio para romper com a fusão imediata estímulo-resposta [...] (FREIRE, 2016, p. 72).

Assim, o desenvolvimento da organização do próprio comportamento deve ser uma tarefa da prática pedagógica desde o período pré-escolar (LEITE, 2015; PASQUALINI, 2006). Além disso, neste processo de apropriação dos conhecimentos historicamente desenvolvidos pela humanidade não apenas o controle voluntário da conduta requalifica-se, mas também as funções psicológicas superiores de forma geral. O que leva a terceira formulação teórica, qual seja o desenvolvimento do autodomínio da conduta vincula-se ao desenvolvimento das demais funções psíquicas superiores (ANJOS, 2013; FERRACIOLI, 2018; FREIRE, 2016; LEITE, 2015; MORAES, 2011; VIEIRA, 2017).

Anjos (2013) explica que com o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, ou seja, atenção voluntária, memória lógica, pensamento conceitual etc., torna-se possível obter uma imagem mais nítida da realidade em que o indivíduo se encontra inserido, de modo que tal fato permite uma requalificação no autodomínio do comportamento. Um exemplo desta relação é abarcada por Ferracioli (2018) que explica que se todos os estímulos objetivos e subjetivos afetassem o sujeito, sem que houvesse alguma forma de seleção, tornar-se-ia impossível o autocontrole da conduta.

No entanto, apesar de haver certo consenso acerca da relação entre as funções psíquicas, um enfoque maior é dado a importância que a linguagem e o pensamento conceitual possuem ao desenvolvimento do autodomínio da conduta, o que corresponde a quarta formulação teórica (ALBUQUERQUE, 2013; BARALDO, 2017; FREIRE, 2016; LEITE, 2010; LEITE, 2015; POLAQUINI, 2016; ROSENBERG, 2003; TRINDADE, 2011; VIEIRA, 2017).

Vieira (2017) aponta que existe um consenso entre os autores clássicos da Psicologia Histórico-Cultural (Vygotski, Luria e Leontiev) acerca da função reguladora da linguagem. Isso, pois em um primeiro momento é o

[...] adulto que se dirige à criança orientando sua atenção através da alocação verbal e o ato motor da criança. A criança, que inicialmente regula seus impulsos atendendo à instrução verbal do adulto, reconstrói essa regulação como um processo interno, intrapsíquico, de auto-regulação, ao passar a dar ordens a si mesma, à medida que seu domínio sobre a linguagem aumenta. Primeiramente, a fala acompanha a atividade da criança, descrevendo-a e/ou analisando-a. Em seguida, essa fala precede a ação, assumindo uma função planejadora. Depois, essa fala exterior, planejadora, torna-se interna, transformando-se em linguagem interior (ROSENBERG, 2003, p. 33).

Ou seja, em um primeiro momento a ação é compartilhada com o adulto, de modo que a partir da apreensão da linguagem a criança, gradualmente, adquire a capacidade de ser sujeito e objeto de sua própria conduta (ROSENBERG, 2003; TRINDADE, 2011).

Neste processo, o pensamento atua de forma articulada, já que realiza a mediação da ação voluntária (LEITE, 2010). Segundo Vygotski (1931/2012h, p. 171-172 apud LEITE, 2015, p. 141), “[...] saber propor-se objetivos e dominar a própria conduta, exige uma série de premissas, a mais importante entre elas é o pensamento em conceitos”. Isso

porque por meio do pensamento conceitual se torna possível antecipar mentalmente a ação para, posteriormente, realizá-la praticamente, de modo que a vontade do sujeito passa a reger sua atividade.

Neste sentido, Rosenburg (2003, p. 34) realiza uma síntese sobre o assunto:

Na trama das regulações recíprocas - o outro nos regula e nós regulamos o outro -, o ato voluntário vai-se configurando como um modo cultural de comportamento - a capacidade de nos regularmos a nós mesmos -, mediado e modulado pelos significados e sentidos de que vamos nos apropriando ao longo do desenvolvimento. A vida social, suas práticas e normas, seus valores e relações, seus lugares sociais e regras de convivência e de conveniência, ainda que nem sempre apreendidos de forma consciente, são constitutivos da atividade propositada e a linguagem a torna possível na medida em que a palavra compartilhada não só regula o próprio comportamento, como permite ao homem a transmissão da experiência de indivíduo para indivíduo e, com ela, a apropriação e elaboração da experiência de gerações anteriores.

Com relação à quinta formulação teórica, referente a idade pré-escolar, percebe-se que esta é recorrentemente citada, pois segundo os psicólogos soviéticos a neoformação de tal idade é, justamente, o autodomínio da conduta (ESCUDEIRO, 2014; LEITE, 2015; PASQUALINI, 2006; SILVA, 2019; TRINDADE, 2011; VIEIRA, 2017). Tal ponto, na verdade, não é de comum acordo entre os autores, conforme aponta Vieira (2017, p. 108),

De acordo com Smirnova (2010), nos estudos genéticos dos processos psíquicos baseados no enfoque Histórico-Cultural existem diferentes pontos de vista relacionados ao momento que surge a vontade ou a voluntariedade do comportamento. Alguns relacionam o aparecimento da atividade voluntária com os primeiros movimentos do bebê que são orientados a um fim, como os autores A. V. Zaporozhets e M. I. Lisina. Outros consideram quando as ações da criança começam a ser mediadas pela linguagem do adulto na primeira infância, como sugere também M. I. Lisina e outros. Há também autores que relacionam a formação do comportamento voluntário com a idade pré-escolar a partir do surgimento da hierarquia de motivos, como A. N. Leontiev, e a possibilidade de atuar segundo um modelo, como D. B. Elkonin. Por fim, autores que consideram o início da regulação voluntária na idade escolar ou na adolescência, como L. I. Bozhovich, L. S. Slavina e T. V. Endovitskaya.

Apesar de tal diferenciação, existe uma concordância em que a idade pré-escolar consiste em uma importante etapa para tal desenvolvimento. Isso porque durante o jogo de papéis, atividade-guia da idade pré-escolar, ao assumir um papel a criança acaba por assumir também relações comportamentais que o compõem, regras existentes do papel, de modo que se autoavalia e avalia os colegas neste processo. Além do jogo de papéis, outras brincadeiras desta etapa também cumprem a mesma função, são as brincadeiras produtivas como o desenho, a pintura etc. Tais atividades e as neoformações dela derivadas são fundamentais para a preparação da atividade seguinte, o estudo (VIEIRA, 2017).

Leite (2015) aponta que, segundo Vygotski (2012b), nesta etapa as crianças que aprendem a superar os impulsos imediatos e subordinar suas condutas às regras lúdicas passam a atuar como membro de uma coletividade, a qual inclui todas as crianças presentes no jogo. Silva (2019) corrobora com tal ideia e aponta que, para Elkonin (2009), o jogo seria como uma escola da conduta arbitrada, já que se trata do início de tal processo. Partindo das ideias deste mesmo autor, Trindade (2011, p. 125) sintetiza:

A criança precisa controlar seus impulsos imediatos para representar no jogo as funções sociais dos adultos, para cumprir as regras estabelecidas na brincadeira. Dessa forma, ela chega a uma compreensão consciente e generalizada acerca da realidade social, tornando sua própria conduta objeto de sua análise, de seu controle.

Além disso, Pasqualini (2006) salienta que a partir da idade pré-escolar se verifica pela primeira vez a subordinação consciente de uma ação a outra. Também é possível notar a relação estabelecida entre a atividade e os motivos a ela vinculados, sendo que estes últimos adquirem uma hierarquia, em que alguns são tomados como mais importantes que outros. Assim, ao final da idade pré-escolar é possível notar a incorporação gradual do fator intelectual nas ações da criança e a perda da espontaneidade, ou seja, sua conduta passa a ser mediada por significações e generalizações, o que proporciona, por sua vez, o desenvolvimento do controle da própria conduta (LEITE, 2015; PASQUALINI, 2006).

A partir disso, é possível afirmar a necessidade de uma educação intencionalmente dirigida neste período, já que se trata de um momento primordial de preparação para a escolarização formal. Nas palavras de Leite (2015, p. 115):

Para que a criança tenha êxito nas etapas formais do ensino, é necessário que, antes, tenha sido possibilitado a ela o desenvolvimento da comunicação com os adultos, passando da forma emocional para a verbal, bem como se tenha orientado suas ações com diferentes objetos, suas atividades lúdicas, seus primeiros contatos com a educação e aprendizagem dos conteúdos da cultura como escrita, cálculo, artes. Tudo isso possibilita que se transforme a relação entre percepção, memória, atenção, processos conscientes, para que, ao chegar à etapa formal do ensino, a criança seja capaz de regular suas ações de forma consciente e organizada.

Tal esforço inicia-se durante a idade pré-escolar, mas de longe se esgota em tal período, tendo continuidade nos demais, em especial, a partir da aquisição de conceitos pela criança. Por este motivo, Anjos (2013) sinaliza que, apesar de o autodomínio da conduta não iniciar seu desenvolvimento na adolescência, assume em tal período seu auge formativo. Segundo o autor:

O novo que fundamenta o desenvolvimento das funções psicológicas na adolescência é o fato delas se tornarem voluntárias, num processo de incremento do autodomínio da conduta. Além disso, caracteriza-se pela capacidade de estabelecer objetivos para a conduta e de alcançá-los. E, neste contexto, '[...] o saber definir os objetivos e dominar a própria conduta exige, como vimos, uma série de premissas, a mais importante entre elas é o pensamento por conceitos.' (VYGOTSKI, 1996, p. 172). (ANJOS, 2013, p. 73).

Neste processo, ocorre um salto qualitativo da própria compreensão da realidade pelo adolescente, já que deixa cada vez mais as experiências sensoriais imediatas em direção ao conhecimento mediado pela abstração (concreto pensado) (ANJOS, 2013).

Por fim, aponta-se que para os psicólogos soviéticos o processo de formação do autodomínio da conduta é a linha básica e central ao desenvolvimento da personalidade (LEITE, 2015; RIBEIRO, 2019; VIEIRA, 2017). Conforme explica Leite (2015), desenvolver a personalidade é, justamente, tornar-se autoconsciente e tal processo advém da conduta social. Desse modo, o caráter voluntário da conduta refere-se, justamente, à forma consciente e autoconsciente de agir tendo em vista uma finalidade. Assim, partindo da compreensão de que o ensino é responsável pela formação da personalidade, inclusive

de valores, motivos etc. mostra-se essencial formar estudantes que sejam capazes de regular a própria conduta.

Já em relação aos temas com os quais o autodomínio da conduta mais é relacionado nos trabalhos, ou seja, a análise referente ao ponto “Contexto Utilizado” do protocolo, o que se percebe é que a maior parte dos trabalhos o utiliza junto da explicação acerca do desenvolvimento das funções psíquicas (ANJOS, 2013; BARALDO, 2017; ESCUDEIRO, 2014; LEITE, 2010; POLAQUINI, 2016; SILVA, 2019; TRINDADE, 2011), em especial quando o assunto tratado diz respeito à atenção (COSTA, 2018; FERRACIOLI, 2018; LEITE, 2015; PANI, 2017). Outras utilizações vinculam-se à formação do professor (ROSENBERG, 2003), à explicação acerca da luta de motivos que se passa na conduta humana (MORAES, 2011), à compreensão de como este é um elemento de análise na psicoterapia (SILVA, 2014), como pode ser desenvolvido por meio do ensino (FREIRE, 2016; PASQUALINI, 2006), e, por último, em alguns trabalhos é explicado de forma breve que o autodomínio da conduta é culturalmente desenvolvido, mas sem explorar o assunto de forma pormenorizada (ALBUQUERQUE, 2013; MURAD, 2018; RIBEIRO, 2019; SILVA, 2017).

Por fim, vale salientar o procedimento metodológico utilizado pela única pesquisa encontrada acerca da voluntariedade da conduta, Vieira (2017). Tratou-se, segundo a autora, de uma pesquisa de caráter bibliográfico e prático. A investigação bibliográfica foi realizada nas seguintes bases de dados com seus respectivos descritores: Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil; Descritores: Autocontrole; Autorregulação; Psicologia; Psicologia escolar; Psicologia educacional, Psicologia Histórico-Cultural. Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: Descritores: Autocontrole; Autorregulação; Psicologia; Psicologia escolar; Psicologia educacional, Psicologia Histórico-Cultural. Os descritores se basearam no Tesouro da Associação Americana de Psicologia (APA). Além disso, também foram utilizadas fontes primárias de autores clássicos como L. S. Vigotski, A. R. Luria e A. N. Leontiev.

Já em relação à pesquisa prática, esta foi realizada em uma universidade mexicana durante um período de estágio sanduíche. Trata-se de relatos de experiência advindos de duas intervenções, as quais ocorreram em um hospital e em uma escola.

Na primeira, Vieira (2017) explica que acompanhou um trabalho clínico de avaliação psicológica e neuropsicológica da universidade. Geralmente este trabalho é feito por uma dupla de estudantes de pós-graduação, assim a autora salienta que por ser pesquisadora visitante não nativa na língua espanhola, foi formado um trio junto de outros dois pesquisadores nativos na língua. Dessa forma, o trabalho tinha como objetivo analisar as funções psicológicas e a atividade voluntária dos pacientes, que no caso da pesquisa de Vieira (2017) foi realizado com crianças, suas debilidades e potencialidades, tendo em vista recomendar formas de tratamento para superar as dificuldades apresentadas, conforme explica a autora no “lugar de etiquetá-las a proposta é que se conheçam suas dificuldades, ou seja, a causa delas, para que se possam superar e formar os processos necessários para seu desenvolvimento” (VIEIRA, 2017, p. 126).

Para isso, era realizada uma entrevista com os pais e a criança, seguida de quatro ou cinco sessões de avaliação, tais sessões consistiam na formulação de tarefas ou na utilização de materiais, que possuem como base os pressupostos da Psicologia e Neuropsicologia Histórico-Cultural e que foram produzidos pela própria instituição (VIEIRA, 2017).

Tais instrumentos compreendem a gênese e o desenvolvimento social das funções psicológicas, no entanto Vieira (2017) alerta que devem ser realizadas análises quantitativas e qualitativas a partir deles, pois

O método qualitativo permite estabelecer em quais condições se impossibilita a execução de determinada ação e em quais são possíveis a compensação das dificuldades. Já a análise quantitativa considera os tipos de erros, sua frequência

de aparição e seu grau de severidade. Esses erros são analisados durante a aplicação dos procedimentos de avaliação neuropsicológica, na atividade de aprendizagem do aluno e nos produtos de tal atividade (a escrita estilo cópia, a escrita espontânea, a solução de problemas aritméticos etc.). Os erros cometidos são sintomas que indicam o estado funcional dos fatores neuropsicológicos (Quintanar; Solovieva, 2008) (VIEIRA, 2017, p. 131).

Assim, a pesquisadora pondera que “a avaliação baseada na PHC [Psicologia Histórico-Cultural] permite o conhecimento das dificuldades da criança, bem como de suas facilidades, sendo possível contribuir para a formação de processos necessários para o seu desenvolvimento, a partir de intervenções mais eficazes.” (VIEIRA, 2017, p. 126).

Especificamente em relação à avaliação da atividade voluntária, Vieira (2017) relata que era utilizado a instrumento “Avaliação neuropsicológica da atividade voluntária” (Evaluación neuropsicológica de la actividad voluntaria) de Quintanar e Solovieva (2010a). Este tem como objetivo avaliar os aspectos voluntários em diferentes atividades e dentro de brincadeiras, por este motivo compõe-se de jogos e tarefas que possibilitam a utilização de diferentes meios de regulação externa, de modo que ao aceitar e utilizar tais meios se torna possível verificar o grau de formação da atividade voluntária da criança. Além disso, alguns outros protocolos complementares também foram utilizados, são eles: “Evaluación Neuropsicológica Infantil “Puebla – Sevilla”. Screening Neuropsicológico Clínico” (SOLOVIEVA; QUINTANAR; CARRIÓN, no prelo), o qual avalia regulação e controle e atenção e estado de alerta. E, por fim, “Evaluación del nivel de preparación psicológica del niño para la escuela” (QUINTANAR; SOLOVIEVA, 2010b), que avalia a linguagem oral voluntária.

Já a segunda intervenção, corresponde ao acompanhamento de uma pesquisa de mestrado em andamento na época, a qual era realizada em uma escola, e possuía como participantes doze crianças de aproximadamente quatro anos. Seu objetivo era comparar o nível de aquisição da atividade objetual e da função simbólica após a introdução do jogo de papéis em pré-escolares. Para isso, eram organizadas brincadeiras a partir de um tema e eram distribuídos papéis e materiais às crianças, sendo que ao final era realizada uma avaliação com as próprias crianças sobre o andamento da brincadeira.

De forma geral, o procedimento ocorria da seguinte forma: era apresentado o tema às crianças, como por exemplo, restaurante, bombeiro, mercado etc. e depois elas escolhiam, sob orientação dos adultos, o papel que gostariam de desempenhar. A criança, então, recebia um crachá, no qual havia um símbolo que representava seu papel, inicialmente elas apenas o coloriam, mas depois passavam a criar e desenhar seus próprios símbolos. Posteriormente, escolhiam os materiais que precisavam para representar seu papel e auxiliavam na organização da sala. Após a brincadeira, sentavam-se em círculo para avaliarem a brincadeira e a si mesmos.

Segundo relato de Vieira (2017) foi possível notar diferenças no comportamento das crianças ao longo das sessões, especialmente, em relação à diminuição da necessidade de ajuda do adulto na brincadeira, à proposição de finalidades para os objetos, à incorporação dos papéis, à utilização da linguagem na regulação do próprio comportamento e à compreensão do papel que desempenhavam na avaliação final.

A partir de tais relatos de experiência, a autora analisa que o método de avaliação psicológica e neuropsicológica “pode ser uma ferramenta interessante e fundamental que contribua para a formulação de métodos que favoreçam o desenvolvimento da atividade voluntária” (VIEIRA, 2017, p. 172). Da mesma forma, o jogo de papéis se mostra uma forma de intervenção possível para o desenvolvimento da atividade voluntária, sendo assim uma importante estratégia para a preparação da criança ao ingresso no ensino escolar.

Considerações finais

A pesquisa sobre o desenvolvimento do autodomínio da conduta está intrinsecamente vinculada ao momento de constituição da Psicologia Histórico-Cultural como teoria em seu tempo histórico. A ideia de tal desenvolvimento, no qual coerções externas não são necessárias e da busca de um livre pensar e agir, estão radicalmente presentes na formação da sociedade comunista da época, de tal modo que a concretização desta forma de conduta se mostra essencialmente vinculada a uma sociedade que negue a exploração dos seres humanos (VIEIRA, 2017).

Isso porque as relações alienantes e excludentes fazem com que ciência, arte, filosofia, entre outras produções humanas sejam apropriadas pela grande maioria de pessoas dentro de limites miseráveis (LEONTIEV, 1978). Dessa forma, as relações burguesas, as quais possuem em sua sociabilidade valores competitivos, egoístas e individualistas, cerceiam constantemente as possibilidades de humanização, incluindo o desenvolvimento do autodomínio. Fica claro, portanto, que para a Psicologia Histórico-Cultural, as funções psíquicas superiores e as formas de conduta possuem intrínseca relação com o modo de produzir e reproduzir a vida.

Este aspecto se mostra relevante ponto de análise das pesquisas encontradas, isso porque o conhecimento produzido na antiga União Soviética serve de base para as pesquisas contemporâneas, contudo é insuficiente levando em conta as novas demandas do contexto contemporâneo. Compreender os sujeitos nas relações concretas atuais mostra-se urgente à busca da compreensão acerca das contradições do sistema capitalista e das possibilidades concretas de sua transformação social. Dessa forma, defende-se aqui a necessidade de um maior número de investigações acerca da temática, que busquem investigar as complexas leis de formação do autodomínio da conduta, tendo em vista a constituição de um sujeito emancipado. Tal necessidade é confirmada também por meio da comprovação da hipótese inicial, que mostra a baixa produção da temática, fato este que leva a um arcabouço conceitual limitado.

Espera-se, assim, que o presente trabalho chame atenção a tal problemática, em especial ao enfatizar seu caráter social, retirando assim explicações idealistas e naturalizantes, elemento este especialmente relevante na luta contra a medicalização da educação (MOYSÉS; COLLARES, 2011). Em suma, compreender que o autodomínio não é algo intrínseco ao sujeito, mas sim desenvolvido por processos educativos é essencial à prática pedagógica, de tal modo que pensar nas formas de sociabilidade, nos conteúdos e nas formas de ensino presentes na educação escolar tendo em vista à promoção de seu desenvolvimento mostra-se um intenso desafio às investigações futuras.

Referências

- ALBUQUERQUE, Rosana Aparecida. **Problemas de atenção: implicações do diagnóstico de TDAH na prática pedagógica**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- ANJOS, Ricardo Eleutério dos. **O desenvolvimento psíquico na idade de transição e a formação da individualidade para-si: aportes teóricos para a educação escolar de adolescentes**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013.
- BARALDO, Ana Claudia Benhosse. **Educação escolar: As disciplinas formais e o processo do desenvolvimento do psiquismo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

- COSTA, Beatriz Lima. **Políticas Educacionais e Transtorno de Déficit de Atenção-Hiperatividade**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2018.
- ELKONIN, Daniil Borisovich. **Psicologia do jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- ESCUDEIRO, Cristiane Moraes. **O Desenvolvimento da Memória na Educação Infantil**: contribuições da Psicologia histórico-cultural para o ensino de crianças de 4 e 5 anos. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014.
- FERRACIOLI, Marcelo Ubiali. **Desenvolvimento da atenção voluntária em crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental**: determinantes pedagógicos para a educação escolar. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2018.
- FREIRE, Sandra Braga. **A mediação do conhecimento teórico-filosófico na atividade pedagógica**: um estudo sobre as possibilidades de superação das manifestações do fracasso escolar. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- LEITE, Hilusca Alves. **A atenção na constituição do desenvolvimento humano**: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- LEITE, Hilusca Alves. **O desenvolvimento da atenção voluntária na compreensão da Psicologia Histórico-Cultural**: uma contribuição para o estudo da desatenção e dos comportamentos hiperativos. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.
- LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ediciones Ciencias Del Hombre, 1978.
- MARTINS, Lígia Márcia. **O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013
- MOHER, David, LIBERATI, Alessandro, TETZLAFF, Jennifer, ALTMAN, Douglas. **Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement**. *Annals of Internal Medicine*, 151(4), 264-269. doi: 10.1371/journal.pmed1000097. 2009.
- MORAES, Renata Jacintho Siqueira de. **O Alcoolismo e o Alcoolista no Capitalismo**: a Psicologia Histórico-Cultural na defesa da historicidade para o enfrentamento do problema. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. O lado escuro da dislexia e do TDAH. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Orgs.). **A exclusão dos “incluídos”**: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: EDUEM, p. 133-196, 2011.
- MURAD, Maria Ceres Rodrigues. **A ópera como mediador no processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças de baixa renda cursando a 1ª série do ensino fundamental**: uma perspectiva vigotskiana. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

- PANI, Sabrina Gasparetti Braga. **De Mediações a Mediações: avaliação-intervenção psicológica de queixas escolares em casos de diagnóstico de TDAH.** 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- PASQUALINI, Juliana Campregher. **Contribuições da psicologia histórico-cultural para a educação escolar de crianças de 0 a 6 anos: desenvolvimento infantil e ensino em Vigotski, Leontiev e Elkonin.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2006.
- POLAQUINI, Jessica Elise Echs Lucena. **O Desenvolvimento da Atenção Voluntária na Educação Infantil: contribuições da Psicologia Histórico Cultural para processos educativos e práticas pedagógicas.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.
- QUINTANAR, Luis; SOLOVIEVA, Yulia. **Aproximación histórico-cultural: Fundamentos teórico metodológicos.** In: ESLAVA, Jorge; MEJIA, Lyda; QUINTANAR, Luis; SOLOVIEVA, Yulia (Orgs.), Los transtornos del aprendizaje: perspectivas neuropsicológicas (pp. 145-181). Colombia, Magisterio, 2008.
- QUINTANAR, Luis; SOLOVIEVA, Yulia. **Evaluación neuropsicológica de la actividad voluntária.** In QUINTANAR, Luis; SOLOVIEVA, Yulia (Orgs.), Evaluación Neuropsicológica de la Actividad del niño preescolar (pp. 43-66). México, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2010a.
- QUINTANAR, Luis; SOLOVIEVA, Yulia. **Evaluación del nivel de preparación psicológica del niño para la escuela.** In: QUINTANAR, Luis; SOLOVIEVA, Yulia. Evaluación Neuropsicológica de la Actividad del Niño preescolar (pp.11-44) México, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2010b.
- RIBEIRO, Ivanir. **A produção de sentido pessoal à atividade de estudo em jovens e adultos estudantes do PROEJA: história, trabalho e práxis pedagógica.** 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- ROSENBERG, Cláudia de Souza. **Lugares de experiência formativa e a produção da necessidade de mudança no trabalho docente.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2011.
- SHUARE, Marta. **A Psicologia Soviética: Meu olhar.** São Paulo: Ed. Terracota, 2017.
- SILVA, Célia Regina da. **Análise da dinâmica de formação do caráter e a produção da queixa escolar na educação infantil: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica.** 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2017.
- SILVA, Maria Aparecida Santiago da. **Compreensão do adoecimento psíquico: de L. S. Vigotski à Patopsicologia Experimental de Bluma V. Zeigarnik.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.
- SILVA, Maria Cristina da. **O desenvolvimento da imaginação e a atividade da criança em idade pré-escolar.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019.
- SMIRNOV, A., et al. **Psicología.** México: Grijalbo, 1960.

SOLOVIEVA Yulia; QUINTANAR, Luis; LEÓN-CARRIÓN José. **Evaluación Neuropsicológica Infantil “Puebla – Sevilla”. Screening Neuropsicológico Clínico.** (no prelo).

TOASSA, Gisele. Conceito de liberdade em Vigotski. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 2-11, set. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932004000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 fev. 2021.

TRINDADE, Rafaela Gabani. **Desenho infantil: contribuições da educação infantil para o desenvolvimento do pensamento abstrato sob a perspectiva da psicologia histórico-cultural.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VIEIRA, Ana Paula Alves. **O desenvolvimento da atividade voluntária a partir da Psicologia Histórico-Cultural: menos rótulo e mais aprendizagem.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **História del desarrollo de las funciones psíquicas superiores.** Madrid: Visor, 1995. (Obras escogidas III).

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. **La infância temprana.** Madrid: Antonio Machado, 2012b. (Obras Escogidas IV. Original publicado em 1933-34).

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. **Paidologia del adolescente/Problemas de la psicologia infantil.** Madri: Visor, 1996. (Obras escogidas IV).

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. **Problemas del desarrollo de la psique.** Madrid: Antonio Machado Libros, 2012a. (Obras Escogidas III. Original publicado em 1983).